

## PARECER/2022/1

### I. Pedido

1. A Secretária de Estado da Justiça solicitou à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) a emissão de parecer sobre o Projeto de Portaria que «Regulamenta as comunicações por via eletrónica entre os tribunais judiciais ou o Ministério Público e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária».
2. A CNPD emite parecer no âmbito das suas atribuições e competências enquanto autoridade administrativa independente com poderes de autoridade para o controlo dos tratamentos de dados pessoais, conferidos pelos artigos 57.º, n.º 1, alínea c); 58.º n.º 3, alínea b); 36.º, n.º 4, todos do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (doravante RGPD), em conjugação com o disposto no artigos 3.º; 4.º n.º 2; 6.º, n.º 1, alínea a), todos da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que executa na ordem jurídica interna o RGPD, bem como conferidos pelo n.º 2 do artigo 30.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 43.º e com as alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 44.º, todos da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.
3. O pedido não veio instruído com o relatório relativo ao estudo de impacto sobre a proteção de dados, exigido nos termos do n.º 4 do artigo 18.º da Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
4. O presente pedido foi recebido em 20 de dezembro de 2021, para emissão de pronúncia até ao dia 3 de janeiro de 2022.

### II. Análise

5. O projeto de portaria anuncia como normas habilitantes os “n.ºs 2 e 5 do artigo 132.º, no n.º 9 do artigo 144.º, na alínea a) do n.º 5 do artigo 219.º do Código de Processo Civil” (Lei n.º 41/2013) – o que se deve certamente a lapso, porquanto a provinda portaria insere-se no domínio do processo penal ou processo contraordenacional rodoviário –, assim como o n.º 2 do artigo 140.º da Lei n.º 62/2013, de 26/ago., vulgarmente designada como Lei da Organização do Sistema Judiciário (LOSJ), o qual enuncia a utilização da informática na tramitação dos processos.
6. Na sua exposição de motivos enuncia-se como seu propósito “regulamentar a desmaterialização de comunicações entre os tribunais ou o Ministério Público e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária”, de modo a “permitir o acesso por via eletrónica, dos tribunais e do Ministério Público, no âmbito de processos judiciais, ao Registo Individual do Condutor e a comunicação desmaterializada de decisões à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária com repercussão no Registo Individual do Condutor”.

7. E como aí igualmente se refere, pretende-se “agilizar as comunicações entre as entidades, a concretização destas medidas contribuirá para a melhoria da eficiência da tramitação dos processos”.

8. Tais comunicações eletrónicas, de acordo com o artigo 2.º do projeto de portaria, visam essencialmente o acesso a informação e tramitação de documentos eletrónicos respeitantes ao Registo Individual do Condutor (RIC), o qual encontra-se disciplinado pelo Decreto-Lei n.º 317/94, de 24/dez. (RJRIC).

9. O Registo Individual do Condutor (RIC) foi instituído pelo Código da Estrada (Decreto-Lei n.º 114/94, de 03/mai., sucessivamente alterado), através do primitivo artigo 145.º, mantendo-se no agora vigente artigo 149.º, devendo nele obrigatoriamente constar, por imposição do seu n.º 2, os crimes praticados no exercício da condução de veículos a motor, respetivas penas e medidas de segurança (a), as contraordenações graves e muito graves praticadas e respetivas sanções (b), a pontuação atualizada do título de condução (c).

10. Por sua vez, o aditado artigo 149.º-A do Código da Estrada, através do Decreto-Lei n.º 102-B/2020, de 09/dez, epigrafado de “Interoperabilidade entre organismos públicos” veio identificar as entidades, o âmbito e o tráfego de dados respeitantes às comunicações respeitantes ao titular do título de condução, estatuidando o seguinte:

“1 - As entidades competentes em matéria de fiscalização, os tribunais e a ANSR comunicam ao IMT, I. P., as restrições momentâneas ou permanentes aplicáveis ao titular do título de condução, nomeadamente as resultantes da cassação do título de condução e da proibição ou inibição de conduzir.

2 - As comunicações a que se refere o número anterior são efetuadas através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública.

11. O Registo Individual do Condutor, que teve a sua última alteração e foi republicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2016, de 28/nov., corresponde a uma base de dados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) que “contém o registo de infrações e a pontuação associados ao título de condução do condutor, a qual consta de ficheiro central informatizado” (artigo 1.º, n.º 1 do RJRIC).

12. O responsável pela base de dados é o presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) (artigo 2.º, n.º 1 do RJRIC).

13. O acesso direto à base de dados para além da ANSR, dos serviços competentes das Regiões Autónomas (artigo 7.º, n.º 1 do RJRIC), é também concedido aos magistrados judiciais e do Ministério Público, aos órgãos de polícia criminal no âmbito do processo penal, ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT.IP), assim como à Guarda Nacional Republicana (GNR) e à Polícia de Segurança Pública (PSP) – cf. artigo 7.º, n.º 2, do RJRIC.

14. Qualquer pessoa pode igualmente aceder aos seus dados (artigo 11.º, n.º 1 do RJRIC).

15. No entanto, o presente projeto de portaria apenas vem regulamentar o acesso por parte dos tribunais judiciais e do Ministério Público, deixando de fora do seu âmbito as outras entidades referenciadas supra, no item 13, tais como o IMTT.IP., a GNR e a PSP, havendo, por isso, uma distorção entre o âmbito legislativo (mais amplo) e o âmbito do projeto regulamentador (mais restrito).

16. Tanto mais, para amplificar esta distorção, quando existe uma base de dados no IMTT.IP. designada por Registo Nacional de Condutores (RNC) (Decreto-Lei n.º 262/2009, de 28/set.) que não é objeto deste projeto de portaria, com dados provenientes da ANSR, GNR, PSP e outras entidades referenciadas no n.º 4 do artigo 5.º deste último diploma.

17. Os dados de identificação do condutor habilitado com título de condução nacional estão mencionados nas alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 4.º, enquanto do condutor habilitado com título de condução estrangeiro encontra-se nas alíneas a) a f) do n.º 2 do artigo 5.º, ambos do RJRIC.

18. Porém, o projeto de portaria não faz esta distinção entre a identificação de condutor habilitado com título nacional, onde exclui o passaporte, com o condutor habilitado com título estrangeiro, onde inclui o passaporte, mencionando apenas no n.º 3 do artigo 2.º do projeto o seguinte: “A identificação do condutor é efetuada pelo número do bilhete de identidade, do cartão de cidadão, do passaporte ou do título de condução do condutor”

19. Ora, para prevenir erros de identificação, é conveniente utilizar, neste contexto, mais que um dado pessoal. Com este fito, a CNPD recomenda que, no n.º 3 do artigo 2.º, se equacione o reforço da identificação do condutor com o número do título de condução, quando exista.

20. Por sua vez, as regras para garantir a segurança da informação estão estabelecidas no artigo 13.º do RJRIC, enquanto o dever de sigilo profissional de qualquer pessoa interveniente na operação de tratamento de dados está no comando instituído pelo n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e no artigo 25.º da Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto.

21. Deste modo, os n.ºs 1 e 3 do artigo 3.º do projeto de portaria, mediante a epígrafe “Medidas de segurança” são meramente “reincidentes” das garantias da informação e do dever de sigilo profissional consagradas nos diplomas mencionados supra, no item 20, o que prejudica a avaliação por parte da CNPD sobre as garantias de proteção dos dados pessoais. A opção, no n.º 5, de remissão para protocolo das especificações técnicas e funcionais da interoperabilidade implica que aquelas medidas de segurança e de garantia da integridade e confidencialidade dos dados pessoais sejam fixadas no texto do protocolo, devendo o mesmo ser submetido a consulta prévia da CNPD, nos termos legais.

22. No n.º 4 do artigo 3.º do projeto de portaria, a previsão de que, nas circunstâncias aí descritas, as comunicações se podem fazer por “qualquer meio legalmente admissível”, deve ser acompanhada da imposição de adoção de medidas de segurança adequadas.

23. Será de enaltecer o n.º 2 do artigo 3.º do projeto de portaria, ao precisar a “respetiva data e hora, autores e processo em que ocorreram” as comunicações aqui em causa, incluindo as solicitações de informação (n.º 2 do artigo 2.º do Projeto). Todavia, a referência a “utilizadores” no n.º 3 do mesmo artigo, suscita a dúvida sobre se a redação do n.º 2 abrange o registo eletrónico de todas as operações realizadas, inclusive as de mera consulta de dados. Tendo em conta que, além da alínea f) do artigo 13.º do RJRIC que prevê que a transmissão de dados é objeto de controlo, a alínea g) do mesmo artigo exige que “a introdução, consulta, alteração ou eliminação de dados pessoais nos sistemas de tratamento automatizado é objeto de controlo, de forma a verificar-se quais os dados introduzidos, consultados, alterados ou eliminados, quando e por quem, mantendo-se o registo dessas operações por um período de quatro anos”, importa rever o n.º 2 do artigo 3.º do projeto de portaria de modo a garantir que está em plena conformidade com o estatuído naquele diploma legal.

### III. Conclusão

24. Nos termos e com os fundamentos acima expostos, a CNPD recomenda:

- a) Que se pondere a ampliação do âmbito do acesso no presente projeto de portaria de modo a abranger todas as entidades referenciadas que têm acesso direto à base de dados existente na ANSR;
- b) Que se equacione, no n.º 3 do artigo 2.º, o reforço da identificação do condutor com o número do título de condução, quando exista;
- c) A revisão do n.º 4 do artigo 3.º, de modo a impor a adoção de medidas de segurança adequadas;
- d) Tendo em conta a redação do n.º 3 do artigo 3.º, a clarificação do n.º 2 do artigo 3.º, para assegurar que os registos eletrónicos abranjam inequivocamente todas as operações sobre dados pessoais realizadas no contexto do tratamento aqui objeto de regulamentação.

Lisboa, 3 de janeiro de 2022



Joaquim Correia Gomes (Relator)